



Câmara Municipal

de

Juundiatuba

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI N° 1492

Assunto: Concessão, aos servidores municipais, do quadro fixo e variável, extensivo aos inativos, viúvas e pensionistas, um abono de Cr. \$... 5 000,00 mensais, para o período de outubro a dezembro do corrente ano.

Lei decretada sob n.º 1096

Lei promulgada sob n.º 1052

ARQUIVE - SF

Secretário Administrativo

21/11/52

Proc. N.º 11622
Chas. M.R. 949

- 1492 -

Prefeitura Municipal de Jundiaí



2
29

Em 29 de outubro de 1962.

N.o GP. 1529/62.

Exmo. Sr. Presidente:

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
EXPEDIENTE

* OUT 21 *
PROTÓCOLO N° 11677
CIA 408-949

Tenho a subida honra de encaminhar a es-
sa Colenda Câmara Municipal o incluso projeto de lei que ob-
jetiva conceder um abono ao funcionalismo municipal.

Prevaleço-me desta oportunidade para re-
novar a V. Excia. os protestos de minha elevada estima e a-
prêço.

Dr. Omair Zomignani,
Prefeito Municipal.

Ao Exmo. Sr. Dr. José Pahheco Netto Júnior,
DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí,
NESTA.

3
291

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



As CJR e CEF
Sala das Sessões em 31/10/1962
PRESIDENTE PROJETO DE LEI - 1492

Artigo 1º - Fica concedido, aos servidores municipais, do quadro fixo e variável, extensivo aos inativos, viúvas e pensionistas, um abono de Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais, para o período de outubro a dezembro do corrente ano.

Artigo 2º - Para fazer face às despesas com a concessão do abono de que trata o artigo anterior, fica aberto, na Diretoria da Fazenda Municipal, um crédito especial de Cr\$ 15 000 000,00 (quinze milhões de cruzeiros), com vigência até 30 de junho de 1963.

Artigo 3º - Para a cobertura do crédito referido no artigo anterior fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar as operações necessárias.

Artigo 4º - Para o resgate dos compromissos assumidos em face da autorização referida no artigo 3º serão consignadas verbas no orçamento para 1963.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado em 31/10/1962
Sala das Sessões, em 31/10/1962
PRESIDENTE

Jundiaí, 29 de outubro de 1962.
Dr. Omair Zomignani,
Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA

Recebeu este Executivo memorial dos servidores municipais pleiteando a concessão de um abono de Cr\$ 5.000,00 para os meses de outubro a dezembro do corrente ano.

Justo, sem dúvida o pedido, não poderia a Administração Municipal deixar de acolhê-lo.

Todavia, em face das informações da Diretoria da Fazenda Municipal estamos propondo a medida conforme preconiza

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



[Handwritten signature]

- 2 -

aquela Diretoria.

Para um melhor esclarecimento da matéria, juntamos ao presente o memorial dos servidores e as informações da Fazenda Municipal.

Jundiaí, 29 de outubro de 1.962. -

[Handwritten signature]

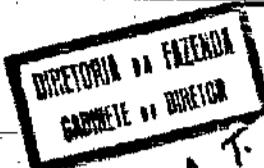
Dr. Omair Zomignani,
Prefeito Municipal.

5
ag

Exmo. Sr. Dr. MÁRIO DE MIRANDA CHAVES,

M. D. Prefeito Municipal de

JUNDIAÍ



A.T.

27.10.62

P. S. F. por dizer
sobre o correcto que
é isso

J. S. B.

1-10-62

Confiantes no espirito de escol de Vossa Ex
celência, que consegue aliar cultura e humanidade, os fun
cionários municipais vêm fazer um apelo a Vossa Exceléncia:
a concessão de um abono provisório de Cr.\$5.000,00 mensais,
a partir de 1º de outubro p. f.

Desnecessário será alinhar dados. A alta
do custo de vida é vertiginosa. O funcionalismo da União te
ve aumento. O funcionalismo estadual, além de abono de 10%,
teve a majoração fixa de Cr.\$8.000,00.

Respeitosamente,

Belim Tez Faria Jundiaí, 27 de setembro de 1962.

Celso Lato

José Lúcio

Eduardo Mandarizzi

G. P. L.

A. Z. Braga

Aracy L. Lautos

Luiz Antônio

Guimaraes

H. M. V. D.

Edmundo

Olavo V. Vilela

W. G. L.

Paulo

José

Alvaro Jant
Mercedes S. Roselis

~~Hans Beyer~~
Jeronim L. Sonderby
V. Martha

Dato Salle

Charles F. Ross

Eurothe

George

Galeotto

José A. Jiménez

Floridae Galvadão

Julio Fernández

Julio Martínez

Elio Alvarado

Fernando Correa

Geórgio L. Sabaté

João Bragantini

Jessis

~~Osvaldo Roa~~

José Rodriguez

Klaus F. Rosa

Lei Moquira Padova

Pingamento

Leyva

Gris

Ralph Weller

Edgard Baialim

Wendy Lopes

Cândida M. Lopes

Heitor Enfleott

Horst

6
9

Domingo P. Pinto
Hélio P. Oliveira
Tito, D.
Jair Leandrina
Mauricio
Edmundo
Benedicto da Gama
C. Testabelli
Arminio Almeida Souza
Isaías da Mota
G. G. Gomes
Nelson G. Fer
Ricardo Soárez
Ricardo Soárez
Ricardo Soárez
José Roberto Basile Bonito
José Soárez
Ana Rita P. Buzzo
Maria L. P. Amaral
Idalina P. Soárez
Virginia I. Viegas
Ricardo Soárez
Henry G. de Olivera
José Antônio Ferrini
Helvécio
Pedro Gómez
Hélio
Giovanni Gómez
Giovanni Gómez
Hélio Gómez
Hélio Gómez
David Carlos Morencini
Gómez da Cunha

~~Jov & Blaga~~

~~Dorothy Pisapio~~

~~Helen Basyay~~

~~Wm & Linn~~

~~John Muller~~

~~Gene Larson~~

~~Reuel Goyet~~

~~Martha & Martimayo~~

~~Lori Maria Fernandez~~

~~Felicia Jones~~

~~Doris Alisafie~~

~~Alfredo Basyay~~

~~John Muller~~

~~John Muller~~

J. J. P.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Processo n.º

Classif.

Assunto: Abono ao funcionalismo.

Valor: Cr\$ 5 000,00.

Vigência: Outubro a Dezembro/962.

PARECER:

Custo do abono solicitado Cr\$ 15 000 000,00

(incluídos, nesse cálculo, como de praxe, todos os serviços do quadro fixo, variável, inativos, viúvas e pensionistas e o funcionalismo da Câmara Municipal).

Para ser atendida a reivindicação do funcionalismo há que ser solicitado um crédito especial, no montante de Cr\$ 15 000 000,00 (quinze milhões de cruzeiros), para o qual é necessária a indicação de recursos hábeis para cobri-lo.

A nosso ver a verba 421 - 8 38 4, item XIII poderá ser anulada, parcialmente, no montante de Cr\$ 5 000 000,00.

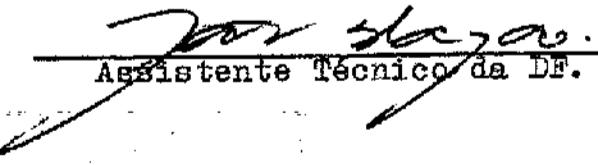
Faltam ainda Cr\$ 10 000 000,00.

Solicitamos, com urgência, do Sr. Assistente Técnico da D. A. que acompanha as obras da Estrada de Campo Limpo, informar-se junto aos empreiteiros sobre o provável faturamento até 31/12/962.

De posse desse elemento que deverá estar em poder da Assistência Técnica da D. E. até 3ª feira (9/10) poder-se-á completar a informação do processo.

Tendo em vista estarmos requisitados pela Justiça Eleitoral para apuração das eleições de 7 do corrente, pedimos ao colega Mário Milani para complementar o estudo.

Jundiaí, 5/outubro/962.


Assistente Técnico da DF.

V.V.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Processo n.º _____

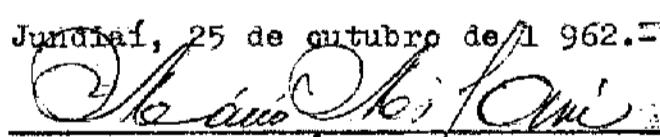
Classif. _____

Senhor Diretor:

Estavamos aguardando a confecção do Balancete do mês de junho para estudar e informar a possibilidade ou não do atendimento deste pedido. Apresentado nesta data vamos estudar também, recursos para suplementação de verbas na importânca de mais de Cr. \$ 40 000 000,00, para atender despesas consideradas de carater urgente, e que, absolutamente, esgotaria os recursos que poderiam servir para o presente pedido.

Outrossim, pelo Vereador Sr. Carlos Franchi, foi apresentado projeto de resolução concedendo aos funcionários da Câmara Municipal, um abono fixo de cinco mil cruzeiros, mensais, para os meses de outubro a dezembro do corrente ano. Na justificativa, diz bem o Sr. Vereador, que o abono de cinco mil cruzeiros fixo para cada funcionário, também do Executivo, seria relativamente pequeno e praticamente inofensivo a boa situação financeira do Município. Prova disto, vê-se no contínuo aumento nas arrecadações e que possibilita diversas suplementações e, mais o atendimento deste pedido, seria facilmente controlado e atendido uma justa causa, igual aos servidores do Estado e da União.

Jundiaí, 25 de outubro de 1962.


Assist. Técnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Processo n.º

Classif.

Assunto: Abono ao funcionalismo.

Valor: R\$ 5 000,00.

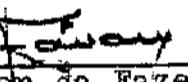
Vigência: Outubro a Dezembro/962.

Senhor Prefeito Municipal:

Com o pedido de crédito suplementar que, nesta data, estamos encaminhando a V. S. esgotados estão todos os recursos hábeis para a abertura de novos créditos, neste exercício.

Entretanto, para atender ao pedido, que se nos afigura razoável, a única solução é abrir-se crédito especial com vigência até 30 de junho de 1963, apontando-se como recurso verba própria do orçamento daquele exercício. Nesse sentido anexamos um ante-projeto de lei.

Jundiaí, 29/outubro/962.



Diretor da Fazenda.



10
10

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

PROJETO DE LEI Nº 1.492:-

Proc. 11 677:-

PARECER Nº 17 - da ASSESSORIA JURÍDICA

De iniciativa do sr. Prefeito Municipal, visa este projeto conceder a servidores municipais um abono de Cr. \$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros), para o período de outubro a dezembro do corrente ano, estatuindo que, para fazer face as despesas decorrentes da concessão do abono, fica aberto um crédito especial de Cr. \$ 15 000 000,00 (quinze milhões de cruzeiros), na Diretoria da Fazenda Municipal, com vigência até 30 de junho de 1963.

O projeto visa ainda autorizar o Prefeito Municipal a realizar as "operações necessárias" para cobertura do mencionado crédito especial, determinando que serão consignadas verbas no orçamento de 1963, para resgate dos compromissos assumidos em face da autorização referida no artigo 3º.

O presente projeto é, sem dúvida nenhuma, legal, eis que é privativa do Prefeito a iniciativa de projeto de lei que aumente vencimentos de funcionários, segundo o que dispõe o art. 3º da Lei Orgânica dos Municípios.

Muito embora abono não se confunda com vencimento, penso que - quem pode o mais (propor aumento de vencimentos), pode o menos, (propor concessão de abono) uma vez que abono e vencimentos são, sob certo aspecto, uma única e mesma coisa: dinheiro. Assim, só ao Prefeito compete iniciar projetos de lei, que aumentem vencimentos ou concedam abono aos funcionários.

Este projeto atende também ao que dispõe o decreto-lei nº 2416, de 17 de julho de 1940, que aprovou a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios (art. 11).

A única observação que faço refere-se ao artigo 3º do projeto, que deveria dizer, a bem da clareza:

"... fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar as operações de crédito necessárias."

Em conclusão, projeto legal.

S.m.j., é o meu parecer.

Jundiaí, 7 de novembro de 1962.

Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
EXPOSIÇÃO

* NOV 5 1962 *

PROTÓCOLO N.

14
1962

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.º 2 898

Senhor Presidente

Aprovado:

Sala das Sessões, em
José Pedro Raimundo
PRESIDENTE

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, sejam concedidas urgência e preferência para discussão e votação ao projeto de lei nº 1 492, da Prefeitura Municipal, dispondo sobre concessão, aos servidores municipais, do quadro fixo e variável, extensivo aos inativos, viúvas e pensionistas, um abono de R\$ 5 000,00 mensais, para o período de outubro a dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, 5/11/1962.

José Pedro Raimundo
José Pedro Raimundo,
Presidente

José Pedro Raimundo
Maria da Conceição
João Góes



12
10

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Proc. 11.677

PROJETO DE LEI N° 1 492

PARECER N° 3 400

O projeto é originário do Executivo o que naturalmente indica a existência de condições para a sua execução.

O art. 3º do projeto estabelece de acordo com as normas financeiras (Decreto federal 2 416), como recurso operações de crédito que se fizerem necessárias. Está perfeito, sob o ponto de vista técnico, e o art. 4º fixa a garantia para o caso de resgate de compromissos que se firmarem.

A quantia que se pretende proporcionar ao pessoal é até modesta diante da situação financeira atual, embora o ônus para o Município seja de bastante envergadura, isto é, R\$ 15 000 000,00.

Concorda esta comissão plenamente com o parecer da Comissão de Justiça e Redação na parte em que sugere emenda acrescentando-se o termo "de crédito" após a expressão "operações" do art. 3º. A emenda é realmente necessária, porque "operações" sómente tem um sentido muito mais amplo do que o que se pretende no projeto.

Parecer, pois, favorável.

Sala das Comissões, 7/11/1962.

José Godoy Ferraz,
Presidente e Relator.

APROVADO PARECER EM 7/11/1962.

Antônio Sacramoni,

José Pedro Raimundo,

Nelson Chacra.



13
ap.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

E M E N D A Nº 1

(Projeto de Lei nº 1 492)

Ao artigo 3º:-

Acrescente-se, após o termo "operações", a expressão "de crédito".

Sala das Sessões, 7/11/1962.

Walmor Barbosa Martins

Walmor Barbosa Martins,
Relator da C.J.R.

José Ademar
Sala das Sessões, em 7 de Novembro de 1962
Aprovado.
PRESIDENTE



14
09

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PARECER VERBAL

PROJETO DE LEI Nº 1.492:-

Sessão de 7/11/1962:-

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Relator o sr. Walmor Barbosa Martins, com parecer favorável, sendo acompanhado pelos demais membros, a saber:

Tarcísio Germano de Lemos - favorável, c/restricções.
Carlos Franchi - favorável
Carlos Gomes Ribeiro - favorável
José Godoy Ferraz - favorável.

Sala das Sessões, 7/11/1962.

Virgílio Torricelli,
Secretário Administrativo.



15
AGO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PROJETO DE LEI Nº 1 492

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, decreta a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica concedido aos servidores municipais, do quadro fixo e variável, extensivo aos inativos, viúvas e pensionistas, um abono de Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais, para o período de outubro a dezembro do corrente ano.

Art. 2º - Para fazer face às despesas com a concessão do abono de que trata o artigo anterior, fica aberto, na Diretoria da Fazenda Municipal, um crédito especial de Cr\$ 15 000 000,00 (quinze milhões de cruzeiros), com vigência até 30 de junho de 1 963.

Art. 3º - Para a cobertura do crédito referido no artigo anterior fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar as operações de crédito necessárias.

Art. 4º - Para o resgate dos compromissos assumidos em face da autorização referida no artigo 3º serão consignadas verbas no orçamento para 1 963.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em oito de novembro de mil novecentos e sessenta e dois.

Dr. José Pacheco Netto Júnior,
Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
CÓPIA

16/11/62

8 novembro

62.

FM; 11/62/30:-

11.677:- Exmo. Sr. Prefeito Municipal:

À devida sanção desse Executivo, tenho a honra de encaminhar a V. Excia. o Projeto de Lei nº 1 492, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 7 do corrente mês.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

José Pacheco Netto Júnior
Dr. José Pacheco Netto Júnior,
Presidente.

ANEXO:- Duas (2) vias da lei

A S. Excia. o Sr. Dr. Omair Zomignani,
DD. Prefeito Municipal de Jundiaí,
Hesta.
-GMP/-

12/10/1962

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



LEI Nº 1.052, de 16 de novembro de 1.962

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acôr
do com o que decretou a Câmara Muni
cipal, em sessão realizada no dia
7/11/962, PROMULGA a seguinte lei: - - -

Art. 1º - Fica concedido aos servidores municipais,
do quadro fixo e variável, extensivo aos inativos, viúvas e
pensionistas, um abono de R\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros)
mensais, para o período de outubro a dezembro do corrente
ano.

Art. 2º - Para fazer face às despesas com a conces
ão do abono de que trata o artigo anterior, fica aberto, na
Diretoria da Fazenda Municipal, um crédito especial de.....
R\$ 15 000 000,00 (quinze milhões de cruzeiros), com vigência
até 30 de junho de 1.963.

Art. 3º - Para a cobertura do crédito referido no
artigo anterior fica o Prefeito Municipal autorizado a rea
lizar as operações de crédito necessárias.

Art. 4º - Para o resgate dos compromissos assumi
dos em face da autorização referida no artigo 3º serão con
signadas verbas no orçamento para 1.963.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Dr. Omaix Zomignani -

Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Muni
cipal de Jundiaí, aos dezesseis dias do mês de novembro de mil
novecentos e sessenta e dois (16-11-962). - - - - -

- José Maria do Monte Carmello -
Diretor Administrativo

"A FOLHA" De 22 Novembro de 1.962

P/P:

LEI N.º 1.052, DE 16 DE

NOVEMBRO DE 1962

O PREFEITO MUNICIPAL

DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 7/11/62, PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1.o — Fica concedido aos servidores municipais, do quadro fixo e variável, extensivo aos inativos, viúvas e pensionistas, um abono de Cr\$... 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais, para o período de outubro a dezembro do corrente anos.

Art. 2.o — Para fazer face às despesas com a concessão do abono de que trata o artigo anterior, fica aberto, na Diretoria da Fazenda Municipal, um crédito especial de Cr\$... 15 000 000,00 (quinze milhões de cruzeiros), com urgência até 30 de junho de 1.963.

Art. 3.o — Para a cobertura do crédito referido no artigo anterior fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar as operações de crédito necessárias.

Art. 4.o — Para o resgate dos compromissos assumidos em face da autorização referida no artigo 3.o serão consignadas verbas no orçamento para 1.963.

Art. 5.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dr. Omair Zomignani
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Jundiaí, aos dezenas dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois (16-11-1962).

José Maria do Monte Carmelo
Diretor Administrativo

ANDAMENTO DO PROCESSO

COMISSÕES

C. J. R. f- 16-62

C. F. O. _____

C. O. S. P. _____

C. E. C. H. A. S. _____

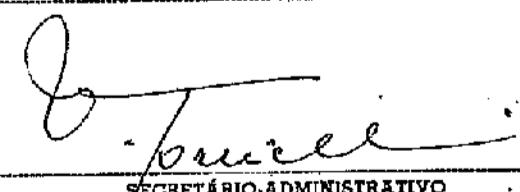
Ao Sr. Vereador _____

"OBSERVAÇÕES"

"ANEXOS"

Fol 1-10-13-16 - 1-00

AUTUADO EM 31/10/1962


SECRETÁRIO-ADMINISTRATIVO